



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENE BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA INTERCULTURAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

**BARRA DO BUGRES – MT
SETEMBRO/2016**



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
1.1	Histórico do 3º Grau Indígena Intercultural.....	3
1.2	Educação Escolar Indígena no Brasil e em Mato Grosso	5
1.3A	luta por uma educação escolar diferenciada.....	11
1.4	Justificativa	14
1.5	Organização Didático-Pedagógica	16
1.5.1	Da Diretoria de Gestão de Educação Indígena.....	17
1.5.2	Do Diretor da DGEI	17
1.5.3	Metodologia.....	17
1.6	Avaliação	19
1.7	Perfil do Egresso	21
1.8	Objetivos do Curso de Pedagogia	22
2	ESTRUTURA CURRICULAR	22
2.1	Matriz Curricular.....	25
2.2	Ementas e Bibliografias	30
3	CORPO DOCENTE.....	68
3.1	Políticas de Aperfeiçoamento e Capacitação do Corpo Docente	68
4	INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	69
4.1	Instalações físicas da sede administrativa	69
4.1.1	Equipe administrativa e pedagógica	70
4.2	Instalações físicas do campus	70
4.2.1	Laboratórios.....	70
4.2.2	Salas auxiliares e serventias.....	70
5	BIBLIOGRAFIA	71



1 INTRODUÇÃO

1.1 Histórico do 3º Grau Indígena Intercultural

O Estado de Mato Grosso abriga em seu território quarenta e duas etnias e cerca de cinco mil índios que lhe conferem características de um Estado pluricultural e multilinguístico. Essas etnias há muito tempo lutam pela implementação de programas educacionais específicos, diferenciados e voltados para o seu cotidiano, dentre eles, a qualificação e habilitação em nível superior dos professores que trabalham nas escolas das aldeias.

Sensível a essas demandas e incentivado pelas Universidades e por entidades da sociedade civil, o Governo do Estado, por meio do Decreto Nº 1.842, de 21 de novembro de 1997, criou uma Comissão Interinstitucional e Paritária, composta por representantes das sociedades indígenas e de órgãos públicos estaduais e federais, com o objetivo de elaborar um anteprojeto de cursos de licenciaturas para a formação de professores indígenas.

Assim, numa primeira etapa dos trabalhos, a Comissão encampou o desafio de elaborar uma proposta preliminar que, uma vez concluída, foi distribuída entre professores, lideranças e representantes do Conselho de Educação Escolar Indígena, bem como entre dezenas de instituições públicas e educacionais do estado e do país, para apreciação e complementações.

Numa segunda etapa, a Comissão passou a analisar as proposições recebidas das comunidades indígenas, das instituições e de pessoas interessadas, e buscou definir os contornos finais do Projeto. Nesse processo contou com a participação de consultores vinculados a diferentes instituições bem como com o apoio político e institucional de organismos governamentais e não governamentais de âmbito regional, nacional e internacional.

Fruto do esforço individual e coletivo de inúmeras pessoas, instituições e comunidades indígenas que acreditaram e acreditam na possibilidade de se construir novos caminhos para a educação escolar, é que nasceu a proposta de Cursos de Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas, que hoje conta com



quatro turmas duas já graduadas e duas em estudos tornando-se uma referência nacional.

Os cursos tiveram início oficialmente em 2001, como Projeto de Formação de Professores Indígenas - 3º Grau Indígena, com a realização do Vestibular e o início das aulas no mês de julho, para a 1ª Turma. Em janeiro de 2005 tiveram início as aulas para a 2ª Turma dos cursos. Em junho de 2006, a 1ª Turma de graduação concluiu as atividades do curso, sendo realizada a Colação de Grau e a entrega dos diplomas de licenciados a 186 professores indígenas.

No período compreendido entre 2002 e 2004 foi ofertada uma especialização *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, que contou com a participação de interessados de diferentes instituições que atuam na questão indígena, além de professores indígenas já graduados. Entre 2008 e 2010 foram ofertadas três turmas de Especialização em Educação Escolar Indígena, estas dedicadas apenas a professores indígenas.

Considerando a necessidade de fortalecer as ações desenvolvidas pela UNEMAT em prol da Educação Superior Indígena em Mato Grosso, em agosto de 2007, o Projeto 3º Grau Indígena foi transformado no Programa de Educação Superior Indígena Intercultural - PROESI. Em janeiro de 2008 iniciaram as aulas para a 3ª Turma dos Cursos de Licenciaturas. Em maio de 2011 é realizado o vestibular da 4ª turma de graduação do mesmo curso.

Em 2009, por meio da Resolução *Ad Referendum* nº 018/2009 CONSUNI, é criado a 3º Grau Indígena com os seguintes objetivos: execução dos Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; cursos de formação continuada, acompanhamento de acadêmicos indígenas nos cursos de graduação e administração do Museu Indígena a ser implantado.

Nunca é demais ressaltar que essa conquista é resultado de um árduo trabalho coletivo das instituições parceiras com o movimento dos professores indígenas, possibilitando assim colocar em funcionamento três cursos de licenciatura. Esses cursos



têm como princípio a busca pela afirmação das identidades étnicas, dos processos próprios de ensino-aprendizagem e da luta por uma educação de qualidade que atenda aos anseios dos povos indígenas.

Por tratar-se de uma proposta de educação específica e diferenciada na formação de professores indígenas, consideramos importante conhecer, ainda que breve, um pouco da história da educação escolar indígena em nosso país e da luta pela educação específica e diferenciada no estado de Mato Grosso. Sendo assim, apresentamos a seguir algumas considerações acerca destes temas.

1.2 Educação Escolar Indígena no Brasil e em Mato Grosso

As primeiras experiências escolares com os ‘indígenas brasileiros’ datam do início da colonização portuguesa, no século XV, e ocorrem num contexto em que o poder político-econômico e a evangelização eram indissociáveis. A *crux* e a *espada* corporificavam e consolidavam os interesses da sociedade portuguesa em todas as suas colônias e muito particularmente no Brasil. Neste contexto, coube aos jesuítas o papel de realizar a catequese dos índios e promover a educação escolar em geral.

Como a catequese se propunha a transformar o índio num cidadão português, conferiu-se atenção especial aos jovens masculinos, futuros pregadores e principais instrumentos de disseminação da cultura e dos interesses da coroa portuguesa junto aos seus respectivos povos. A estratégia para alcançar esse objetivo consistia em afastá-los do convívio familiar e submetê-los à educação rigorosa e aos valores da sociedade europeia cristã.

Portanto, até a época de Pombal, a tarefa educacional e civilizatória coube aos missionários e teve como principal propósito submeter os indígenas aos ditames da metrópole portuguesa e disponibilizá-los ao mercado de trabalho. A legislação, por seu turno, procurou resolver os problemas de escassez de mão de obra, permitindo a sua captura e a escravização.

A independência política e o advento da monarquia no Brasil não trouxeram mudanças significativas na área educacional em relação aos índios. A educação



continuou sendo realizada nos moldes tradicionais da catequese e da civilização, agora não mais pelos jesuítas, mas por outras ordens e congregações religiosas.

A primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824, ignorou completamente a existência das sociedades indígenas e, conseqüentemente, a diversidade étnica e cultural. O Ato Institucional de 1834 designava como sendo de competência das Assembleias das Províncias a tarefa de promover a catequese e de agrupar os índios em estabelecimentos coloniais, facilitando, com isso, a apropriação de suas terras.

O Período Republicano representou uma continuidade em relação à fase anterior, ou seja, não ocorreram mudanças significativas no âmbito da política educacional indígena. Na Constituição de 1891 as questões indígenas foram completamente ignoradas.

No presente século, a relação do Estado brasileiro com as sociedades indígenas estabeleceu-se a partir da *política de integração*, em que o “índio” era reconhecido apenas em caráter provisório, ou seja, enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na “civilização”. Tal política apontava para o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia essa diversidade apenas enquanto um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade nacional. Fundava-se, portanto, na falsa ideia/crença de que a humanidade passaria necessariamente por um único processo evolutivo do qual a civilização ocidental representaria o estágio mais avançado.

O principal marco dessa política foi a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPI, mais tarde denominado simplesmente Serviço de Proteção aos Índios (SPI), cujo objetivo principal foi a centralização da política indigenista e a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país, através das linhas telegráficas. O SPI também marcou profundamente as relações entre Igreja e Estado: a política de *catequese* passou a coexistir com a política de *proteção*, disputando a hegemonia do trabalho de assistência aos índios.

No conjunto de ações destinadas a promover a integração dos indígenas, a educação escolar buscava cumprir duplo papel: difundir os valores que visavam ao



fortalecimento da unidade nacional (monolíngue) e capacitar mão de obra para a agricultura e pecuária.

A partir dos anos 50, debateu-se a necessidade de repensar o perfil das escolas indígenas, mas as alterações propostas restringiram-se à adequação do ensino regular às diferentes fases do contato entre os “índios” e a “civilização”. Embora professasse o respeito à realidade concreta de cada etnia, não representava um questionamento à ideia da integração. (Cunha, 1992).

Na década de 60, foram incorporados alguns avanços à política indigenista, com a adoção pelo Brasil da Convenção nº 107 da OIT, sobre populações indígenas e tribais, seja pela aprovação da Lei nº 6.001 (Estatuto do Índio), bem como da Portaria FUNAI nº 75/N, sobre o ensino bilíngue. O *Summer Institute of Linguistics* – SIL, presente no Brasil desde 1953, firma convênios com a FUNAI e amplia os trabalhos linguísticos e escolares no interior de dezenas de aldeias indígenas.

Os anos 70 marcaram um período de experiências contraditórias na área da educação escolar indígena. Parcelas influentes do aparelho estatal e diferentes instituições religiosas e indigenistas opuseram-se ao antigo receituário integracionista e à presença do SIL em áreas indígenas e defenderam uma escola norteada pelo respeito às culturas indígenas e aos seus projetos de futuro.

Paralelamente, os índios iniciaram os primeiros movimentos de organização própria, a busca de representação e a defesa dos seus interesses. Diversas organizações indígenas e entidades comprometidas com a temática passaram a combater o regime militar e se organizaram para fazer frente à ação do “Estado integracionista”. Ao mesmo tempo em que se organizavam politicamente, no sentido de defender os direitos à posse dos territórios indígenas, debateram as bases de uma escola pautada pelo respeito às formas próprias de organização sociocultural das sociedades indígenas, em franca oposição à política de integração. Nesse particular, tiveram relevante destaque as experiências desenvolvidas por organizações não governamentais junto aos índios do Acre e Amazonas.

A Constituição de 1988 trouxe em seu bojo conquistas significativas no que concerne aos direitos indígenas. Foi reconhecido o direito de organização, de



manifestação linguística e cultural, de ser e de viver segundo o seu próprio projeto societário. O texto constitucional rompeu, portanto, com a política integracionista de homogeneização cultural e étnica e estabeleceu um novo paradigma, baseado na possibilidade de pluralismo: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições..." (art. 231).

A nova ordenação jurídica rompeu com o monopólio da FUNAI na condução e na oferta da educação escolar indígena, repassou ao MEC a coordenação de ações e envolveu os estados e municípios na sua implementação (Decreto 26/91). Em 1994, o MEC divulgou oficialmente o documento "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", definindo os parâmetros para atuação das diversas agências, e estabeleceram-se os princípios para a prática pedagógica em contextos de diversidade cultural.

Mais recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, reforçou a legislação educacional disposta na Constituição Federal, incentivando o desenvolvimento de uma educação intercultural, com a finalidade de proporcionar às sociedades e comunidades indígenas o seu reconhecimento perante as demais sociedades índias e não índias.

Foi no seio dessas modificações que se abriram as possibilidades de se pensar a educação indígena fora da religião e da doutrina humanitária positivista que, até então, haviam norteados a atuação indigenista. Nesta nova perspectiva, os objetivos educacionais se voltaram para a valorização dos "intelectuais autóctones", para a formação de professores indígenas, para a elaboração de programas, currículos e materiais específicos que diziam respeito à língua materna e aos processos próprios de aprendizagem, servindo como base para a implantação de escolas voltadas para os assuntos socioeconômicos e culturais das sociedades indígenas.

A pressão dos movimentos indígenas, a ruptura na legislação e a mobilização da sociedade criaram, portanto, as condições para uma nova prática escolar, desta feita entendida como instrumentos de defesa e afirmação dos interesses dos povos indígenas. Como parte do processo de escolarização imposto aos índios ao longo de quinhentos anos, o que ocorreu em Mato Grosso não se diferenciou dos demais estados. Aqui, a



primeira escola imposta a uma comunidade indígena, no final do século XIX, também expressava a antiga aliança entre o Estado e a Igreja, esta última representada não pelos padres jesuítas, mas pelos salesianos.

Segundo Bordignon (1987) tal iniciativa deu-se a pedido do então presidente do estado, Manuel José Murinho, e objetivava manter reunidos em colônias militares os índios Bororo que haviam deposto as armas e aceito o batismo cristão. A partir de então, diversas outras escolas foram implantadas. Em 1902, os salesianos fundaram uma “missão própria” para os Bororo e, posteriormente, para aos Xavante, trabalhos estes que se mantêm até os dias atuais.

A segunda vertente educacional dirigida às populações indígenas em Mato Grosso foi introduzida pelos militares positivistas capitaneados por Rondon e pelo SPILT. Utilizando-se das instalações das principais estações telegráficas e do processo de ocupação dos rios Teles Pires e Araguaia, a partir de 1910 foram mantidas em funcionamento, de forma intermitente, diversas escolas destinadas aos índios Bakairi, Bororo, Paresi e Nambikwara e aos filhos dos trabalhadores das linhas e dos postos indígenas, bem como viabilizadas acomodações para que estudantes indígenas pudessem estudar em Cuiabá. Darlene Taukane (1996) registra a criação da primeira escola para os Kurâ-Bakairi no ano de 1922 e, na mesma década, a instalação da primeira missão protestante (a South American Indian Mission), que atuaria também com a educação escolar.

A partir da década de 30, seguindo no rastro da linha telegráfica de Rondon (já em plena decadência), mais duas instituições religiosas passaram a disputar o controle educacional e religioso dos povos indígenas da região. Os missionários evangélicos da Inland South American Union – ISAMU, marcaram presença entre os Nambikwara e em Utiariti (1930-1946) e os missionários jesuítas da Missão Anchieta e as irmãs da Imaculada Conceição mantiveram, por quase quarenta anos, a hegemonia em trabalhos escolares, de saúde, economia etc., junto a diversos povos indígenas do médio norte do estado.

A partir dos anos 60, missionários evangélicos de diferentes confissões voltam a atuar pontualmente com a educação escolar, quase sempre associada a trabalhos



linguísticos e de tradução de textos religiosos. Destacaram-se especialmente as atividades do Summer Institute of Linguistics e/ou Sociedade Internacional de Linguística – SIL, junto aos Nambikwara, Paresi, Rikbaktsa, Karajá, Xavante, Bakairi e Waurá.

Nas décadas de 1970-80 outras agências entrariam no cenário da educação escolar indígena. A FUNAI manteve, de forma intermitente, a oferta de educação escolar para os povos do Xingu e em aldeias Nambikwara, Bakairi, Paresi, Bororo e Xavante. Os indigenistas e missionários da OPAN e CIMI marcaram presença junto às escolas Tapirapé, Karajá, Rikbaktsa e Myky. As prefeituras municipais criaram escolas e contrataram professores em diversas aldeias. A Secretaria de Estado de Educação passou a cobrir gastos com infra estrutura e pagamento de pessoal de algumas escolas indígenas.

Todas essas iniciativas, porém, desenvolveram-se de forma desarticulada, quando não eram concorrentes, embora expressassem, em termos gerais, o mesmo ideário integracionista. Era preciso, portanto, mudar essas práticas, avaliá-las, conferir-lhes um caráter de política pública, e encaminhá-las de forma que viessem a atender aos interesses desses povos. Com esse intuito, foi criado em 1987 o Núcleo de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso – NIE /MT, caracterizado como *“um fórum de discussões sem caráter oficial entre as diversas instituições e ONGs envolvidas, com a finalidade de otimizar os recursos humanos e financeiros, garantindo a participação das comunidades e representantes indígenas para traçar em conjunto as diretrizes da política de educação indígena no Estado”* (SEE, 1994).

A instalação e funcionamento do NEI/MT marcou época, especialmente por constituir-se num fórum com a participação de todos os segmentos sociais interessados pela temática educacional, e por oportunizar o debate acerca do *pensar* e do *fazer* a educação escolar indígena. A partir desse “balizamento” preliminar foi possível construir as bases de um órgão interinstitucional e com participação indígena paritária, agora de caráter oficial, que iria coordenar todas as atividades de educação escolar indígena no estado: o *Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso – CEI/MT*.



Embora limitado por circunstâncias próprias do convívio com o poder público, o CEI/MT daria uma nova dinâmica às discussões acerca da escola indígena e consolidaria uma política de atendimento escolar ancorada em projetos de duração permanente e com caráter específico e diferenciado.

1.3 A luta por uma educação escolar diferenciada

A educação escolar já faz parte do cotidiano da maioria das comunidades indígenas da América Latina. No entanto, a história demonstra que, nesses países, o interesse pelos assuntos indígenas tem obedecido a uma ordem hierárquica e retórica que prioriza os aspectos políticos – reconhecimento da própria diversidade, território etc. –, os aspectos econômicos e só por último as atividades educacionais, assim mesmo, desconectadas dos (raros) processos de participação democrática e de desenvolvimento econômico (Muñoz, 1998).

No Brasil, tal realidade assume características desafiantes, especialmente se considerada a multiplicidade étnica e a baixa concentração demográfica, ingredientes historicamente utilizados para justificar a não implementação de políticas específicas e diferenciadas para os povos indígenas. Agora, passados quinhentos anos sem considerar a imensa sócio diversidade nativa, finalmente somos impelidos a incluí-la no rol das políticas públicas brasileiras (Ricardo, 1995). Todavia, os canais de investigação e divulgação dos assuntos indígenas, embora diversificados, via de regra restringem-se a fragmentos dessa realidade dinâmica e complexa. Os trabalhos científicos, as publicações da imprensa e as próprias produções indígenas não têm sido suficientes para dar visibilidade à diversidade das culturas autóctones (CEI/MT, 1997).

No âmbito da legislação específica, a partir da Constituição de 1988, vislumbraram-se novas possibilidades de ordenamento das relações pluriétnicas e multissocietárias que convivem no interior do Estado brasileiro. A própria Constituição rompeu com uma longa tradição, em que os índios eram tratados como “categoria transitória”, e afirmou o direito à alteridade cultural (Grupionni, 1999).

No campo da educação escolar, foram editadas diversas medidas jurídicas e administrativas visando a aperfeiçoar a legislação já existente, bem como a viabilizar



direitos expressos na Constituição. Como fruto dessa reorganização do Estado, e atento à demanda de participação dos movimentos indígenas e de outros segmentos da sociedade civil, o MEC instituiu um Comitê Assessor, instância que trataria das “diretrizes para a política nacional de educação escolar indígena” e que, em síntese, defendia a instituição da *escola indígena* “específica, diferenciada, bilíngue e intercultural” pautada pelo “respeito à diversidade” e aos “processos pedagógicos próprios...”.

Contemporâneos ao processo de reordenamento do Estado, - e em muitos casos conflitando ou cooperando com ele – as organizações indígenas e do chamado “indigenismo paralelo” ampliaram os seus movimentos associativos e reivindicatórios, bem como as formas de pressão, alianças e representações. Passaram a cobrar do poder público respostas mais efetivas e duradouras para suas necessidades. Fizeram incluir nos seus assuntos a temática da educação escolar, tendo como referente “a escola que conhecemos e a escola de que precisamos”. Organizaram diversos eventos de deliberações coletivas, nos quais ratificaram o desejo a uma educação escolar diferenciada e que atendesse aos seus interesses. Nessas ocasiões, buscaram definir o perfil específico da escola indígena ou, dito de outra forma, construir uma escola indígena que viesse a atender às necessidades imediatas e a contribuir para a definição do projeto de futuro de cada povo.

Mais recentemente, por ocasião da Conferência Ameríndia de Educação e do Congresso de Professores Indígenas do Brasil (Cuiabá, novembro de 1997), os quase setecentos professores, pertencentes a oitenta e quatro etnias, reiteraram o propósito de defender uma escola diferenciada para as suas sociedades e de “*vigiar as iniciativas institucionais voltadas para a Educação Escolar Indígena, evitando a invasão dos espaços de decisão próprios de cada cultura*” (Carta de Cuiabá. *In*: Ameríndia, 1998).

Portanto, da parte dos índios, e muito especialmente entre os professores, consolida-se o entendimento de que a construção do projeto político e pedagógico das escolas indígenas deva ser ancorada na sua especificidade e autonomia. Um segundo ponto a ser destacado diz respeito à necessidade de se implementar um amplo programa de formação docente. Entre as quinze proposições da Carta de Princípios, sete tratam da responsabilização do poder público para com a formação dos professores indígenas.



Esse mesmo desejo foi constatado também em Mato Grosso quando da realização do primeiro diagnóstico da realidade escolar de âmbito estadual (Secchi, 1995). Além da formação de professores, foram indicadas suplementarmente outras prioridades, como o acompanhamento pedagógico, implantação e manutenção da rede física, contratações, fornecimento de materiais didáticos e merenda escolar diferenciados etc.

Apesar de tantas evidências quanto à necessidade de formação docente, as iniciativas desenvolvidas no Brasil encontram-se ainda em fase embrionária, quando não se tratam de “cursos” desconexos e descontínuos. Urge, portanto, implementar programas extensivos a todas as sociedades indígenas que contemplem conteúdos curriculares, metodologias de ensino, materiais didáticos etc., adequados aos seus interesses. O Programa de Formação de Professores Indígenas de Mato Grosso foi concebido e está sendo implementado a partir desse entendimento. Busca atender a todas as demandas educacionais por meio de projetos específicos e diferenciados, elaborados, implementados e avaliados por todos os segmentos envolvidos com a educação escolar indígena.

A partir de 1996, iniciou-se o Projeto Tucum, dirigido a duzentos professores de onze etnias, cuja conclusão da formação em nível médio (Magistério) ocorreu no ano de 2000. De modo similar, em 1997, o projeto Pedra Brilhante/Urucum, dirigido aos professores indígenas de 17 etnias do Xingu, cuja conclusão (Magistério) foi realizada entre os anos 2001 e 2003. O Programa caracteriza-se, portanto, pela oferta de *cursos de formação em serviço*, isto é, os professores cursistas desenvolvem atividades docentes nas escolas das aldeias e os conteúdos curriculares dos cursos são organizados de forma a acompanhar ao progressivo desenvolvimento de seus alunos.

Dando continuidade ao processo de formação, impõe-se a organização e execução de cursos superiores voltados para as séries/ciclos finais do Ensino Fundamental e para o ensino de nível médio, que se vêm implantando em diversas escolas indígenas. Tal demanda representava, no ano 2000, um contingente de aproximadamente 200 novos professores indígenas, que atendiam a mais de cinco mil e quinhentos alunos, oriundos das escolas das aldeias ou de outras, localizadas em vilas e cidades circunvizinhas. A oferta de cursos superiores específicos para professores



indígenas representa a possibilidade de atendimento adequado a essa clientela, como também a continuidade do processo de formação dos atuais e dos novos professores que comporão o corpo docente indígena em Mato Grosso.

1.4 Justificativa

O Programa de Formação de Professores Indígenas de Mato Grosso, em nível superior, desenvolvido pela UNEMAT, está calcado numa práxis pedagógica que respeita as formas tradicionais de organização social e cosmológica dos povos ameríndios e os modos próprios com que produzem e transmitem seus conhecimentos. Portanto, fundamenta-se na interculturalidade, trilha pelos caminhos da intersubjetividade e da percepção de outras lógicas, e, ainda, instiga o educando a interpretar os conteúdos e as práticas a partir da sua própria concepção de mundo (Bandeira, 1997b).

Neste sentido, a Unemat busca formar mais que professores, mas sim, educadores interculturais (considerando a Educação em espaços escolares e espaços não escolares), atentos à realidade de seus respectivos povos e comunidades, que possam intervir em suas realidades de modo a valorizar a cultura tradicional sem perder de vista a compreensão de saberes ocidentais que subsidiam todo o sistema formal de educação escolar e sustentam as lógicas de funcionamento da sociedade envolvente. Neste aspecto, é preciso compreender que em contexto atual, a maioria das comunidades indígenas de Mato Grosso vivenciam intensas relações com a sociedade ocidental, o que não implica permitir a compreensão e aceitação de apagamento (ou, dizendo de outro modo, substituição) de suas práticas culturais tradicionais. Neste aspecto, ao se tomar as comunidades indígenas, importa lembrar Malerba e Santos (1995), quando afirmam sobre a necessidade de se firmar iguais quando a diferença inferioriza e fortalecer direitos quando a igualdade descaracteriza. Ou seja, o Projeto Pedagógico do curso busca considerar e valorizar a diversidade das diferentes manifestações culturais dos povos indígenas sem, no entanto, deixar de garantir o direito ao acesso a conhecimentos valorizados pela cultura ocidental, fazendo destes instrumentos de luta e de posicionamento político e social



O curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, considerando as orientações da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1/2006, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 de janeiro de 2015; RESOLUÇÃO Nº2 de julho 2015 e os Referenciais Para Formação de Professores Indígenas (MEC/2002), CONAE 2016 conjunto de legislação que vem ao encontro das expectativas dos povos indígenas. Os pressupostos dessas legislações buscam atender o que pensam e o que esperam os povos indígenas acerca da educação escolar, de modo a proporcionar o diálogo entre as diferentes culturas. O curso busca reelaborar os processos históricos e atuais dos contatos interculturais e fortalecer a consciência de índios-cidadãos que valorizam as suas culturas, línguas e os seus projetos societários, mesmo em relações (de diferentes modos) com a sociedade ocidental. Desta forma rompe com propostas de alienação “reprodutivista, etnocentrista ou integracionista”.

Embora nem sempre expressa da forma esperada, essa tem sido também a perspectiva adotada na atual legislação escolar. Nela, o sistema nacional e as agências de fomento à cultura e de assistências aos índios devem desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa com o objetivo de *"1º) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências; 2º) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias"* (LDB, Art. 78). Tal determinação encontra foro também no interior dessas comunidades e hoje representa uma das maiores reivindicações dos povos ameríndios.

Enquanto implementação de políticas públicas no campo da educação diferenciada, os cursos superiores para a formação de professores indígenas representam uma necessidade permanente e o desafio de criar estratégias políticas-pedagógicas que assegurem a oferta de ensino regular nas próprias aldeias para garantir às sociedades indígenas o direito a uma educação específica, diferenciada e em todos os níveis. É preciso democratizar e garantir o acesso e a permanência no percurso escolar.

A principal iniciativa nesse sentido é a implantação e implementação contínua de cursos de formação de professores indígenas para que possam atuar em todo o ensino



fundamental e médio. Dela resultará uma série de desdobramentos, dentre os quais destacamos:

1) A formação intensiva e contínua dos professores indígenas assegura a melhoria do aprendizado dos estudantes. Isso não significa apenas a continuidade da escolarização, mas, o desafio da construção de uma escola que garanta os processos próprios de aprendizagem, a qualidade do ensino e as especificidade de cada povo e comunidade;

2) Construção de uma gestão escolar que reconheça os etnoconhecimentos, as dinâmicas culturais de cada comunidade, bem como, estratégias pedagógicas, específicas e diferenciadas.

3) O domínio de procedimentos técnicos específicos na área de gerenciamento de projetos e de recursos, setores considerados estratégicos para a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas;

4) A possibilidade de vivências de ensino, pesquisa e extensão nos campos da Pedagogia, Línguas, Matemática, Linguística, Antropologia, Arte Indígena, Etno História, Biologia etc.

5) A possibilidade de construção de um projeto político-pedagógico que valorize, fortaleça e se adeque às características específicas de cada comunidade, assim, contrapõem aos projetos educacionais homogeneizantes e integradores que historicamente buscaram suplantar a diversidade etnolinguística e cultural e contribuíram para o enfraquecimento das populações indígenas.

1.5 Organização Didático-Pedagógica

Identificação: Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural

Modalidade: presencial

Regime: semestral

Número de vagas: 60

Turno de funcionamento: integral

Duração: 5 anos



Período de Integralização: Mínimo 10 semestres e máximo 15 semestres.

1.5.1 Da Diretoria de Gestão de Educação Indígena

A Diretoria de Gestão de Educação Indígena – DGEI, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, ligada a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, é o órgão executivo e administrativo, responsável pela coordenação dos cursos de formação de professores indígenas ministrados pela instituição. É de sua competência a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores indígenas responsabilizando-se pelo projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, que tem por finalidade a formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica.

1.5.2 Do Diretor da DGEI

O (A) Diretor(a) da Diretoria de Gestão de Educação Indígena se constitui gestor indicado pela Pró Reitoria de Graduação da UNEMAT, considerando opiniões, sugestões e indicações das partes envolvidas na oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural. Assim, considera-se que tal indicação segue uma trajetória de caráter democrático.

1.5.3 Metodologia

O curso apresenta uma metodologia de trabalho voltada para a formação em serviço. Desta forma, o professor/acadêmico terá oportunidade de estabelecer relações íntimas entre os saberes e propostas pedagógicas que circulam no âmbito do curso e suas práticas na rotina escolar da comunidade. Cada semestre letivo, então, é constituído pelas seguintes etapas:

Etapa de Planejamento e Formação

Em decorrência das especificidades do curso, se faz mister que os profissionais que nele atuam discutam, compartilhem suas experiências, reorientem suas práticas, enfim, aperfeiçoem o seu fazer pedagógico e político para atender aos estudantes indígenas de diferentes etnias. Nesse aspecto, então, atende ao disposto no Art. 19 da Resolução nº 1/2015 que orienta ações de formação de formadores atuantes no curso.



A formação dos profissionais que atuam como docentes no Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, ocorrerá sempre antes do início de cada período de atividades presenciais, ao que é denominado de “Etapa de Planejamento e Formação”. Dela participam, além da equipe coordenadora do Curso, os docentes, professores auxiliares indígenas e assessores que atuarão durante o semestre letivo. Serão convidados, sempre que possível e pertinente, egressos de outros cursos ofertados pela UNEMAT através da DGEI, considerando que tal participação enriquecerá as discussões e darão a medida dos impactos da Universidade nas comunidades indígenas. A Etapa, aqui detalhada, tem duração média de 30 horas, objetivando discutir, refletir e planejar os conteúdos e as estratégias a serem adotadas durante o período letivo. Sendo assim, a Etapa de Planejamento e Formação é parte fundamental do curso, quer por responder às demandas inerentes a cada período letivo, quer por formar e disponibilizar em nossas instituições um quadro de docentes e assessores especializados em educação escolar indígena.

Etapa de Estudos Presenciais

Por se tratar de formação em serviço esta Etapa se caracteriza pelo caráter presencial e trabalho intensivo, ocorrendo semestralmente, nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, coincidindo com o período de férias e recessos escolares dos cursistas. As etapas presenciais acontecem no *Campus* Universitário da UNEMAT de Barra do Bugres e tem como objetivo a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a *práxis* escolar, estudos e reflexões dos conteúdos das diversas Áreas de Conhecimento que integram o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural.

Etapa de Estudos Cooperados de Ensino, Pesquisa e extensão - Intermediária

Consiste na etapa que ocorre nos períodos intermediários entre uma etapa intensiva e outra, possibilitando aos cursistas conciliarem suas atividades docentes na escola com as atividades do curso de formação (preparo de seminários, leituras,



pesquisas, vivências de extensão). Desse modo, a *práxis* docente e o processo de formação ocorrem simultaneamente, num processo de comunicação dialógica.

No decorrer dessa etapa, serão desenvolvidas atividades referentes ao Estágio Supervisionado, ao TCC, projetos de extensão e atividades prático-teórica denominada na matriz do curso como Estudos na Aldeia.

1.6 Avaliação

A avaliação dos cursos ofertados pela UNEMAT, especificamente voltados para populações indígenas, é vista como uma ação fundamental da atual política de educação escolar. Trata-se da oportunidade de tomar decisões sobre o encaminhamento dos trabalhos, tendo em vista a construção do projeto político e pedagógico de cada comunidade indígena.

No que diz respeito ao curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, tal estratégia não é diferente. A avaliação permanente e continuada é condição fundamental para a tomada de decisões ao longo do processo de desenvolvimento curricular e constitui-se parte integrante dessa atividade. É entendida e proposta como um processo contínuo, em que todos envolvidos, em todas as atividades, são avaliados (não apenas os acadêmicos e o resultado de seus trabalhos, mas também os docentes dos cursos, as etapas dos cursos, o projeto de formação, etc.). A avaliação constitui-se como uma oportunidade de observação e avaliação dos avanços e possíveis barreiras que possam aparecer no decorrer do curso, possibilitando, assim, definir as ações mais adequadas para cada acadêmico para alcançar os objetivos propostos. A avaliação, então, tem sentido de investigação e dinamização do processo de construção do conhecimento. Consiste na reflexão permanente dos professores e cursistas sobre a sua ação docente individual e coletiva, visando criar no curso uma dinâmica de formação de qualidade crescente. Portanto, longe de tratar-se de rotineiros momentos de aferição do aprendizado por meio de provas e exames, a avaliação assume as características de um processo global e dialógico em que todos os envolvidos (docentes, cursistas, professores auxiliares, alunos, conselhos, assessores, coordenadores) constituem uma comunidade



educativa que exercita a crítica e a autocrítica e busca avaliar a totalidade do processo em andamento (EBI-Ecuador, 1996).

Avaliação do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural

Essa avaliação deverá ser assumida pelas instituições proponentes e executoras do curso, por meio de suas respectivas coordenações e assessorias e por representação externa à UNEMAT/DGEI. Deverá levar em conta, por um lado, a contribuição dos Cursos na consecução dos objetivos da DGEI e, por outro, os avanços obtidos na construção da "escola indígena", entendida aqui como o projeto de educação escolar do interesse de cada comunidade específica.

Concretamente, a avaliação deverá expressar o grau de realização da política de formação, manifesta em indicadores tais como: democratização de acesso e percurso dos alunos indígenas em escolas específicas e diferenciadas; participação e envolvimento das comunidades no processo escolar; consolidação das parcerias entre o poder público e as organizações indígenas e não governamentais, dentre outros.

Desta forma, entende-se necessário a instalação de um Fórum Permanente de Avaliação de modo a acolher a participação de: egressos de outros cursos ofertados através da DGEI, representantes da FUNAI, da SEDUC, MEC/SECADI, do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, acadêmicos em formação, SEMEC's, OPRIMT e outras instâncias que se fizerem presentes na condução e oferta do curso aos acadêmicos de Licenciatura em Pedagogia Intercultural.

Avaliação dos Cursos no Âmbito da Escola

Tem por finalidade avaliar o impacto do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural no cotidiano das escolas indígenas. Será desenvolvido especialmente ao longo dos períodos de atividade docente do cursista que se estendem entre uma etapa intensiva de formação e outra.

A estreita vinculação entre o curso em questão e as escolas indígenas sugere a necessidade de que a universidade e demais instituições participantes deste curso implementem projetos específicos de pesquisas, extensão e assessoramentos nas escolas das aldeias.



Avaliação dos Cursistas no Âmbito do Curso e do seu Trabalho Docente

Trata-se da avaliação do cursista no seu processo de ensino-aprendizagem, como também da sua atuação pedagógica de professor (RCNEI/MEC). Deve, portanto, estender-se desde o planejamento dos trabalhos acadêmicos até o desenvolvimento efetivo da sua prática docente.

A avaliação neste âmbito tem sentido de investigação e dinamização do processo de construção do conhecimento. Consiste na reflexão permanente dos professores e cursistas sobre a sua ação docente individual e coletiva, visando criar no curso uma dinâmica de formação de qualidade crescente. Tal dinâmica funda-se na indissociável relação teoria/prática manifesta-se em três perspectivas de avaliação:

- a) do processo de discussão acerca das possibilidades e limites da educação escolar indígena no contexto histórico, político, econômico e cultural atual;
- b) do processo de aprofundamento acerca de conhecimentos teóricos e metodológicos inerentes aos cursos e do nível para o qual a sua formação se dirige; e
- c) da capacidade de organizar o seu trabalho docente e de dinamizar o currículo da escola indígena em geral e nas séries de sua atuação específica em particular (UFMT/IE, 1994).

Portanto, reitera-se que o processo avaliativo distancia-se de repetidas ações de verificação do aprendizado por meio de provas e exames, mas se consolida com características de um processo global e dialógico em que todos os envolvidos formam uma comunidade educativa no exercício crítico (e autocrítico) buscando avaliar a totalidade do processo em andamento (EBI-Ecuador, 1996). Tal postura deve se fazer presente em todas as fases de desenvolvimento do Curso.

Os resultados dos três níveis de avaliação (DGEI, do curso, dos docentes e dos cursistas) serão expressos por indicadores qualitativos que possibilitarão uma avaliação diagnóstica, processual e final de cada envolvido no processo.

É importante destacar que o processo de avaliação deverá ser realizado tanto pelos segmentos envolvidos diretamente com os Cursos (universidades, poder público, equipe coordenadora, docentes, cursistas, etc.), quanto por avaliadores externos.



A avaliação institucional é possibilitada com a utilização de questionários que são feitos durante a etapa presencial, no mesmo, há questões de diferentes dimensões. A dimensão pedagógica, de gestão e de estrutura.

1.7 Perfil do Egresso

De acordo com o previsto no artigo 5º da Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006; Resolução CNE/CP 1, de 07 de janeiro de 2015, os professores indígenas egressos do curso de Pedagogia, neste caso o de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, devem estar aptos a promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena, junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária. Além de atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes. Devem estar aptos a identificar problemáticas, refletir o contexto em que estas ocorrem, buscar apoio teórico para a construção de possibilidades de resolução articulando com a política da sua comunidade e território.

A vivência das atividades curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural deverá possibilitar ao indígena egresso a capacidade de refletir criticamente sobre a complexidade da vida social indígena e não indígena, sua dinamicidade, a diversidade entre as culturas e as relações entre as sociedades. Estará apto a exercer funções de magistério nas escolas de Educação Básica, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, bem como, exercer cargos de gestão no âmbito da educação. Ademais o acadêmico estará apto as competências do inciso I ao XIV do Art. 7º, seção I da CNE 1/2015.

1.8 Objetivos do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural

O Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural tem como objetivo a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Médio e nas áreas de serviços de apoio escolar, em ambientes escolares



e não escolares. Tem a expectativa da formação do educador reflexivo, conhecedor do contexto sócio econômico, cultural e político do país e da região em que está inserido.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- * planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação;

- * produção e difusão do conhecimento científico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

1.9 Política Linguísticas

Tendo em vista a grande diversidade de Línguas Indígenas e/ou maternas (33 línguas), o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural tem como objetivo a valorização da língua/materna/originária como vivência, experiência sociocomunitária e prática pedagógica, oportunizando reflexões acerca da língua como elemento político e identitário dos povos indígenas. Nesse sentido, e ao encontro dos anseios dos povos indígenas deverá fomentar e propor pesquisas de iniciação científica, projetos de extensão e atividades de ensino sociolinguísticos como estratégia de fortalecimento da política linguística de cada povo indígena. A construção desta política deverá ter como articuladores entre outros, os sábios, as lideranças políticas, organizações e movimentos indígenas.

Desta forma, a língua portuguesa deverá funcionar como elemento de articulação entre os saberes tradicionais e os saberes científicos da sociedade ocidental, entretanto, sempre como um modo de versão da língua a ser privilegiada, qual seja, a língua materna de cada acadêmico/a.

2 ESTRUTURA CURRICULAR

Considerando os artigos 6º e 7º da Resolução CNE/CP nº 1 de 15/05/2006 e os artigos 13, 14 e 15 da Resolução CNE/CP nº 2 de 01/07/2015 e a Instrução Normativa nº 001/2008/ e a Instrução Normativa nº 001/2008/1 PROEG da UNEMAT o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural será oferecido a uma turma de sessenta



cursistas, especificamente a etnias indígenas do Estado de Mato Grosso, e terá duração de 05 anos, distribuídos em 10 semestres letivos, totalizando 3.590 horas de efetivo trabalho acadêmico.

A carga horária total do curso será distribuída em atividades de diferentes natureza, conforme esclarecimentos a seguir:

Etapa de Estudos Presenciais: de caráter presencial e trabalho intensivo, a Etapa de Estudos Presenciais ocorre semestralmente, nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, coincidindo com o período de férias e recessos escolares dos cursistas. As etapas presenciais acontecem no *Campus* Universitário da UNEMAT de Barra do Bugres, onde serão ministradas 2300 horas-aula, distribuídas em 10 semestres. Esta etapa tem como objetivo a discussão teórica dos diferentes conceitos e áreas de saber, promovendo a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a *práxis* escolar e os conteúdos que integram o currículo do curso.

Etapa de Estudos Cooperados de Ensino, Pesquisa e Extensão – Intermediária: Esta Etapa, totalizando um carga horária de 570 horas, consiste em atividades que ocorrem nos períodos intermediários entre uma etapa intensiva e outra, possibilitando aos cursistas conciliarem suas atividades docentes na escola com as atividades do curso de formação (preparo de seminários, leituras, pesquisas, construção de materiais didáticos, prática de sala de aula). Desse modo, a *práxis* docente e o processo de formação ocorrem simultaneamente, num contínuo exercício de comunicação dialógica. Vale ressaltar que as orientações se concentram no sentido de que os acadêmicos possam produzir atividades nas suas respectivas escolas que valorizem o conhecimento tradicional da comunidade, estabelecendo relações com os saberes escolares, caracterizando, assim, o trabalho específico e diferenciado. É nesta Etapa que a comunidade deverá ter forma de participação mais ativa na condução dos trabalhos escolares com vistas a valorização da Língua, Cultura e Território, etc.

Essas atividades de estudo na aldeia deverão possibilitar a vivência de práticas diversas (reuniões, organizações de eventos culturais) e aprofundamento na prática escolar, de modo a estabelecer intercâmbio e relações com a comunidade em que atua.



Neste sentido, é necessário o estudo em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio de iniciação científica e da extensão.

Estágio Curricular

Se caracteriza por 520 horas dedicadas à prática de Estágio Supervisionado, que consiste em prática efetiva de docência e/ou de gestão escolar indígena. Tal atividade se efetivará a partir do terceiro semestre do curso. Trata-se de componente curricular obrigatório, a ser planejado coletivamente e regulamentado com o Colegiado do Curso, devendo ser realizado em Escolas Indígenas, sob a orientação de um Coordenador de Estágio definido pelo conjunto de docentes do Curso. As atividades de Estágio serão, também, acompanhadas pela equipe pedagógica da DGEI, em visita às comunidades indígenas onde residem e trabalham os cursistas. Envolverá as atividades relacionadas a planejamento e docência nas diferentes áreas do saber que compõe o Referencial Curricular das Escolas Indígenas ou em atividades de Gestão da Educação Escolar Indígena, quando for o caso. A carga horária total do estágio será realizado ao longo do curso, com prioridade em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, organizados em Ciclos, séries e modalidades de EJA. O estágio supervisionado considerará em sua completude o Art. 14 e 15 da Resolução CNE/CP 1 de janeiro de 2015.

O exercício da prática pedagógica possibilitará a consolidação do que propõe-se para uma escola intercultural, construída pelos professores nas escolas das aldeias a partir da apropriação e reelaboração as práticas pedagógicas existentes, em consonância com discussões envolvendo a comunidade indígena. O Estágio Supervisionado será regido por normativa elaborada especificamente para o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural.

Trabalho de Conclusão de Curso

Trata-se de atividade de iniciação científica como requisito parcial da formação docente que visa investigar temas de interesse do acadêmico e/ou da comunidade utilizando-se instrumentalização metodológica para aprofundamento do tema. O TCC será regido por normativa elaborada especificamente para o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural.



3 Estudos Interculturais complementares (200 horas)

Consiste na participação de eventos científicos e culturais relacionados a área da Educação, cursos de formação continuada, monitoria em eventos, etc. As atividades citadas, será contabilizada com uma carga horária geral de 200 horas.

2.1 Matriz Curricular

O enfoque e o ementário da Licenciatura em Pedagogia Intercultural apresentado a seguir, indicam os saberes e áreas do conhecimento que poderão ser tratados em cada semestre. Entretanto, há que se registrar que cada semestre e cada área do conhecimento estão abertas para discussões que vem ao encontro das demandas das comunidades indígenas, consideradas as ementas devidamente registradas. Assim, o docente terá a responsabilidade de, em discussão na Etapa de Planejamento, construir um plano de trabalho que atenda necessidades prementes conforme o contexto da época e realidade na qual a disciplina será ofertada. Nesta perspectiva, os docentes que atuarão nos respectivos períodos definirão com maior detalhamento os conteúdos, metodologias adotados. Os temas referenciais norteiam de maneira transversal, inter e multidisciplinar a construção do conhecimento em todos os componentes curriculares, ou seja, de um modo ou de outro, estarão presentes nas discussões empreendidas nas semanas de trabalho na Etapa Intensiva, que conduzirá os trabalhos propostos para realização durante a Etapa Intermediária.

Considerando a característica do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, a orientação, principalmente a partir do terceiro semestre, é de que os trabalhos das disciplinas a serem realizados na Etapa Intermediária sigam a orientação de privilegiar os conhecimentos tradicionais, conforme o entendimento de uma “Escola Específica e Diferenciada”. Ou seja, os trabalhos das disciplinas deverão sempre considerar uma temática que compõe a rotina da tradição cultural do Povo a que pertence o acadêmico para dar início às atividades orientadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso para o exercício do saber escolar.

Entende-se, então, que os componentes curriculares orientam o curso a partir da concepção de um currículo integrado, intercultural, articulado e compartilhado “intimamente” por todos os docentes ao longo de cada semestre, e que, de um modo ou



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENE BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



de outro, envolve a comunidade indígena. Neste aspecto, todos os temas devem buscar um diálogo intercultural com abordagem da etnociência: conteúdos específicos contextualizados são fundamentais para apresentar uma ciência próxima, viva, dinâmica, em transformação.

A seguir, apresenta-se a proposta de oferta dos componentes de saber que configurarão a matriz curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da UNEMAT, organizado em 10 Etapas, ou, semestres.

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Educação e Saúde	30
Interculturalidade	Língua Portuguesa I	40
Sustentabilidade	Tecnologia de Comunicação Aplicada ao Ensino	40
Diversidade	Fundamentos da Educação Escolar Indígena	65
Cultura	Estudos na aldeia I	125
TOTAL HORAS AULA 1º SEMESTRE		300

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Teoria da Informática	30
Interculturalidade	Educação Ambiental no Contexto dos Povos Indígenas	60
Sustentabilidade	Antropologia I	60
Diversidade	Práticas Pedagógicas I	25
Cultura	Estudos na aldeia II	125
TOTAL HORAS AULA 2º SEMESTRE		300

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Concepções de Educação	60
Interculturalidade	Oralidade e Escrita	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENE BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



Sustentabilidade	Introdução à Sociologia e Filosofia	60
Diversidade	Práticas Pedagógicas - Matemática	60
Cultura	Estudos na Aldeia III	20
	Estágio Curricular I	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária III	45
TOTAL HORAS AULA 3º SEMESTRE		370

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem I	60
Interculturalidade	Metodologia	60
Sustentabilidade	Didática Intercultural I	60
Diversidade	Estrutura e Funcionamento da Educação Escolar	60
Cultura	Estudos na Aldeia IV	20
	Estágio Curricular II	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária IV	45
TOTAL HORAS AULA 4º SEMESTRE		370

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Currículo e Conhecimento Escolar Intercultural	60
Interculturalidade	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem II	60
Sustentabilidade	Legislação Educacional e Gestão Escolar Intercultural	60
Diversidade	Prática Pedagógica II – Ensino Fundamental	60
Cultura	Estudos na Aldeia V	20



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENE BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



	Estágio Curricular III	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária V	45
TOTAL HORAS AULA 5º SEMESTRE		370

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Literatura Infanto-Juvenil	60
Interculturalidade	Fundamentos da Alfabetização	60
Sustentabilidade	Educação e Cultura	60
Diversidade	Métodos de Pesquisa Educacional II	60
Cultura	Estudos na Aldeia VI	20
	Estágio Curricular IV	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária VI	45
TOTAL HORAS AULA 6º SEMESTRE		370

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Língua e Literatura I	60
Interculturalidade	Métodos e Práticas para Alfabetização	60
Sustentabilidade	Educação para a Transversalidade	60
Diversidade	Métodos de Pesquisa Educacional III	60
Cultura	Estudos na Aldeia VII	20
	Estágio Curricular V	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária VII	45
TOTAL HORAS AULA 7º SEMESTRE		370

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
---------------------	---------------------------	----



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENE BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



Autonomia	Arte e Educação Intercultural	60
Interculturalidade	Didática Intercultural II – Processos de Ensinar e Aprender	60
Sustentabilidade	Temas Fundamentais em Ciências no Contexto Indígena	60
Diversidade	Ensino de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	60
Cultura	Estudos na Aldeia VIII	20
	Estágio Curricular VI	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária VIII	45
TOTAL HORAS AULA 8º SEMESTRE		370

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Métodos de Pesquisa Educacional IV	60
Interculturalidade	Relações interétnicas e história no ensino fundamental	60
Sustentabilidade	Língua e Literatura II	60
Diversidade	Temas Fundamentais em Ciências no Contexto Indígena II	60
Cultura	Atividade Física e Movimento	30
	Estudos na Aldeia IX	20
	Estágio Curricular VII	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária IX	45
TOTAL HORAS AULA 9º SEMESTRE		400

*TEMAS REFERENCIAIS	*COMPONENTES CURRICULARES	CH
Autonomia	Métodos de Pesquisa Educacional V	60
Interculturalidade	Etnomatemática	60
Sustentabilidade	Territorialidade e temas fundamentais em geografia	60
Diversidade		



Cultura	Língua Portuguesa II	60
	Estudos na Aldeia X	20
	Estágio Curricular VIII	65
	Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária X	45
TOTAL HORAS AULA 10º SEMESTRE		370

A seguir, detalha-se os desdobramentos de cada componente curricular apresentado acima, especificando as ementas e seus respectivos referenciais bibliográficos.

2.2 Ementas e Bibliografias

LÍNGUA PORTUGUESA I

Ementa: A gramática na produção de texto acadêmico-científico. Processos de leitura significativa e interpretativa. Produção de variados processos usuais de comunicação: esquemas, resumos, resenhas. Textos literários, análises e interpretações através de expressão corporal, plástica, oral e escrita.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Severino Antonio M. *Redação. Escrever é desvendar o mundo*. Papyrus, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RODRIGUES, Paulo Sérgio. *Técnicas de Redação*. São Paulo: AMLB, 1999.

Bibliografia Complementar



ANDRADE, Maria Margarida de e HENRIQUES, Antônio. *Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto. Leitura e redação*. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

SARMENTO, Leila Lauar. *Oficina de Redação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, s.d.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática Contemporânea: teoria e prática*. São Paulo: Escala Educacional. S.d.

LÍNGUA PORTUGUESA II

Ementa: A língua-padrão e o papel da escola. Estudo e Pesquisa da estrutura linguística; produção oral e escrita de textos nas séries iniciais do ensino fundamental. Macroestrutura (coerência, interpretação e desenvolvimento). Micro estrutura (morfologia, sintaxe e coesão).

Bibliografia Básica

BARBOSA, Severino Antonio M. *Redação. Escrever é desvendar o mundo*. Papyrus, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 43ª ed. São Paulo: Nacional, 2000.

GARCIA, Othon. M. *Comunicação em prosa moderna*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GOMES-SANTOS, Sandoval Nonato. *Recontando histórias na escola: gêneros discursivos e produção da escrita*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Bibliografia Complementar



ANDRADE, Maria Margarida de e HENRIQUES, Antônio. *Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores* 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto. Leitura e redação*. 13ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática Contemporânea: teoria e prática*. São Paulo: Escala Educacional, s.d.

SARMENTO, Leila Lauar. *Oficina de Redação*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, s.d.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA/SOCIOLOGIA

Ementa: A Educação como objeto de reflexão filosófica e social. A filosofia educacional brasileira. Reflexão filosófica e *práxis* educacional. Educação como processo social: socialização e instituições sócias, agências socializadoras e reprodução social, família e escola. Escola, socialização e cultura: dimensões culturais do processo educativo, práticas culturais, formas de sociabilidade, escola e diversidade cultural. A Ética na Pedagogia: valores éticos, morais e as implicações no exercício da profissão

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *Caminhos da Filosofia*. São Paulo: DP&A.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SOUZA, João Valdir Alves. *Introdução à Sociologia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Bibliografia Complementar



BORDIEU & PASSERON. *A reprodução*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

DEMO, P. *Desafios Modernos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. 9ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

KRUPPA, Sonia M. Portela. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MEKSENAS, Paulo. *Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. 16ª Ed. São Paulo: Loyola.

RESENDE, A. *Curso de Filosofia*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Ementa: o conceito de educação indígena e educação escolar indígena; o conhecimento tradicional e o conhecimento escolar como formas de explicar o mundo; a escola e suas relações com a comunidade: o tempo e a pedagogia tradicional.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Ática. 2005.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal; SILVA, Aracy Lopes da. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: FAPESP, 2001

SILVA, Aracy Lopes. *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995

Bibliografia Complementar

GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã: uma aula sobre autonomia da escola*. São Paulo: Cortez, 1992.



MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Ameríndia. Tecendo os caminhos da educação escolar*. Cuiabá: Seduc, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Educação escolar indígena. Cadernos temáticos*. Curitiba: SEED, 2006.

UNEMAT. *Cadernos de Educação escolar indígena*. Barra do Bugres.

VEIGA, Juracilda; SALANOVA, Andrés (Orgs). *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto da escola*. Brasília: FUNAI/DEDOC; Campinas: 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DOS POVOS INDÍGENAS

Ementa: abordagem interdisciplinar da educação ambiental: conceitos, objetivos e princípios da educação ambiental; Políticas públicas em educação ambiental; Política Nacional de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas; Sustentabilidade em Terras Indígenas.

Bibliografia Básica

BARROS, Márcio. *A questão ambiental e os professores*. Cuiabá: 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei 9795/1999. Institui a Política nacional de Educação ambiental. Brasília: MMA, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2005.

CRUZ, Daniel. *Ciências e Educação Ambiental*. São Paulo: Ática, 2000.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e prática*. 9ª Ed. São Paulo: gaia, 2010.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, I. C. *Educação ambiental: formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.



CHAMUZA, Adelaide; et all. (Orgs). *Educação ambiental. Aprendizagem de sustentabilidade*. Brasília: 2007.

Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Carta da Terra*. Rio de Janeiro, 1992.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001.

ANTROPOLOGIA

Ementa: histórico e conceito de Antropologia, categorias analíticas e suas ênfases teóricas; reflexão acerca dos aspectos históricos, sócio culturais e o processo de colonização de povos indígenas; a questão da alteridade e os povos indígenas e a compreensão do universo epistemológico das diferentes etnias, abordando conceitos como, etnocentrismo, genocídio, etnocídio.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia. Ciência do homem, filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, Luiz Gonzaga. *Antropologia Cultural. Iniciação, Teorias e Temas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (Orgs). *A temática indígena escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Bibliografia Complementar

AZCONA, Jesús. *Antropologia II. A cultura*. Petrópolis: Vozes, 1989.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LOPES DA SILVA, Aracy; FERREIRA, Maria. *Antropologia, História e Educação*. São Paulo: Global, 2001.



MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. Editora Centauro, 2012.

Revista de Antropologia. São Paulo: USP.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS I

Ementa: Educação e sociedade: a construção da cidadania. Educação: diferentes concepções e abordagens conceituais. As relações entre educação e escola: níveis e modalidades de ensino.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal; SILVA, Aracy Lopes da. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: FAPESP, 2001

PIMENTA, Selma Garrido. *Didática e formação de professores*. São Paulo: Cortez.

PIMENTEL, Maria da Glória. *O PROFESSOR EM CONSTRUÇÃO*. 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

Bibliografia Complementar

DEMO, P. *Desafios Modernos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1997.

DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. – 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *Experiências e desafios na formação de professores indígenas*. Brasília: INEP, 2003.



CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO

Ementa: Educação, conceitos e princípios; educação formal e educação na sociedade; Práticas de educação tradicional e educação escolar na construção de sujeitos autônomos.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.
- BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Ática. 2005.
- FERREIRA, Mariana Kawal Leal; SILVA, Aracy Lopes da. *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: FAPESP, 2001
- KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. Tradução: Fransisco Cock Fontanela. 2ª edição, Piracicaba: editora UNIMEP, 1999.

Bibliografia Complementar

- DEMO, P. *Desafios Modernos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. – 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *Experiências e desafios na formação de professores indígenas*. Brasília: INEP, 2003.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, Da Educação*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. – 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes 1999.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM I



Ementa: psicomotricidade e sua relação com os processos de desenvolvimento e de aprendizagem. As Teorias Psicológicas do Desenvolvimento e da Aprendizagem: contribuição para o processo educacional – perspectivas behaviorista, psicanalítica, humanística e cognitivista.

Bibliografia Básica

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2004. Séries Abordagens.

COLL, C. et al. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

HENEMMAN, Richard. *O que é psicologia*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora.

RAPPAPORT, C. R. Et alli. *Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: EPU, 1981.

ROSA, Merval. *Psicologia Evolutiva*. Petrópolis: Editora Vozes.

Bibliografia Complementar

CARRARA, K. *Introdução à Psicologia da Educação*. São Paulo: Avercamp,

CARVALHO, V. B. C. L. de. *Desenvolvimento Humano e Psicologia*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

FARIA, A. R. de. *Desenvolvimento Cognitivo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM II

Ementa: Introdução às concepções histórico-metodológicas da Psicologia e suas implicações para a Educação; conceitos básicos de Psicologia da Aprendizagem; desenvolvimento cognitivo e situações de aprendizagem; situações-problemas de ensino-aprendizagem.



Bibliografia Básica

BIGGE, Morris L. *Teorias da Aprendizagem para professores*. São Paulo: EPU, 2009.

CARVALHO, V. B. C. L. de. *Desenvolvimento Humano e Psicologia*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GULART, Iris Barbosa. *Psicologia da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PATTO, M. H. S. (org.). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

RAPPAPORT, C. R. Et alli. *Psicologia do Desenvolvimento*. São Paulo: EPU, 1981.

Bibliografia Complementar

COLL, C. et al. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Porto Alegre: Artes

FARIA, A. R. de. *Desenvolvimento Cognitivo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, I. R. *Raízes da Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARX, M. H.; HILLIX, W. A. *Sistemas e Teorias em Psicologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Caso do Psicólogo.

ROSA, Merval. *Psicologia Evolutiva*. Petrópolis: Editora Vozes.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Ementa: A educação na nova ordem mundial. Política educacional na legislação para os níveis de escolaridade básica, média e superior. Relação entre o público e o privado no contexto da Educação brasileira. O papel dos organismos internacionais na formulação e financiamento das políticas de educação na América Latina e no Brasil. Os planos educacionais: nacional, estadual e municipal.



Bibliografia Básica:

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 10.172/01- Plano Nacional de Educação*. Brasília.

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 11.494/2007 – FUNDEB*

MENESES, João Gualberto Carvalho, et all. *Educação Básica: Políticas,. Legislação e Gestão – Leituras*. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2004.

SAVIANI, Demerval. *A nova lei da educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.

Bibliografia Complementar

AZANHA, José Mário P. et al. *Educação Básica: políticas, legislação e gestão: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

AZEVEDO, Janete M. Lins. *A Educação como Política Pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Teoria das formas de Governo*. Brasília: UnB, 2000.

BRASIL, Governo Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1998.

CADERNOS DE PESQUISA, Nº 100. *Número temático especial: Globalização e Políticas Educacionais na América Latina*. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *A Universidade hoje*. In: Revista Praga, nº 6. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 23-32.

CUNHA, Luiz Antonio. *Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental: Convívio social e ético*. In: Cadernos de Pesquisa, nº 99. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996. p. 60-72.

DOURADO, Luiz Fernando (org.). *Financiamento da Educação Básica*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.



FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - MATEMÁTICA

Ementa: O conhecimento matemático, o lúdico e a construção dos conceitos matemáticos para crianças; habilidades e condições para o desenvolvimento matemático e a educação escolar; o papel do professor na prática escolar e a construção de jogos e brincadeiras para a aprendizagem de matemática.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.
- ARANÃO, Ivana Valéria Denófrío. *A matemática através da brincadeira e de jogos*. Campinas: Papirus.
- GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Ática. 2005.
- GOULART FARIA, A L. & PALHARES, M. S. (Orgs.). *Educação Infantil pós-LDB: Rumos e desafios*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- PANIZZA, Mabel. *Ensinar Matemática: na educação infantil e séries iniciais*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARBOSA, Ruy Madsen, *Conexões e educação matemática: brincadeiras, explorações e ações*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- KULMAN JR, M. *Infância e Educação Infantil: Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- RIBEIRO, Flávia Dias, *Jogos e modelagem na educação matemática*. São Paulo: Saraiva, 2009.



SILVA, A. P. S. et al. *Os fazeres na Educação Infantil*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Eduardo Sarquis. *Ensinar Matemática: Desafios e Possibilidades*. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

SMOLE, Kátia Stocco, *Cadernos do Mathema : Jogos de matemática de 6º a 9º ano* /Kátia Stocco Smole, Maria Ignez Diniz, Patrícia Cândido. Porto alegre: Artmed, 2007.

PRÁTICA PEDAGÓGICA II: ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa: A relação professor-aluno e o ensino como mediação. O conhecimento das estratégias e métodos de ensino. Percepção crítica das situações didáticas em seu contexto histórico e social. A formação docente face as novas tecnologias da comunicação e informação na educação. Contribuições da Didática para a formação de professores.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido. *Didática e formação de professores*. São Paulo: Cortez.

PIMENTEL, Maria da Glória. *O PROFESSOR EM CONSTRUÇÃO*. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

Bibliografia complementar

BICUDO, Maria Aparecida V. e SILVA JR., Celestino Alves da. (Orgs.). *Formação do Educador: dever do Estado, tarefa da Universidade*. São Paulo: Unesp, 1996. v.1.

CANDAU, Vera M. *Rumo a uma nova didática*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores*. Porto Alegre: Artmed, 2005.



FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática*. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). *Repensando a didática*. 13ª ed. Campinas: Papirus, 1998.

_____. (Org.). *Técnicas de ensino: por que não?* 13ª ed. Campinas: Papirus, 2002.

_____. (Org.). *Didática: o ensino e suas relações*. 7ª ed. Campinas: Papirus.

TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO APLICADA AO ENSINO

Ementa: Tecnologia e mudança na estrutura escolar. Novos paradigmas na educação. O uso da tecnologia para a socialização dos conhecimentos. Equipamentos que facilitam a comunicação, metodologia e práticas pedagógicas. O uso do computador integrado às práticas pedagógicas. As ferramentas tecnológicas para a facilitação da aprendizagem. TV, Vídeo, DVD, Internet.

Bibliografia Básica

ALCADE LANCHARRO, Eduardo. *Informática básica*. 2ª Ed. Espanha: McGrawHill, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

Dupas, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação - de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FERRETI, Celso João et all (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Weiss, Alba Maria Lemme. *A Informática e os Problemas Escolares de Aprendizagem*. São Paulo: DP&A, 2001.



Bibliografia Complementar

DIMENSTEIN, G. *O Aprendiz do Futuro. Cidadania Hoje e Amanhã*. São Paulo: Ática, 1998.

LAMPERT, E. *Experiências Inovadoras e a Tecnologia Educacional*. Porto Alegre; Sulina, 2000.

LEVY, P. *As Tecnologias da Inteligência. O futuro do Pensamento na Era da Informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

SANCHO, J. M. *Para uma Tecnologia Educacional*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

ORALIDADE E ESCRITA

Ementa: Desenvolvimento da prática de produção de textos acadêmicos, identificando aspectos linguísticos, estruturais e teóricos. Instrumentalização do aluno para a elaboração de textos argumentativos e solução de problemas gramaticais e estilísticos. A produção de correspondências oficiais e outros registros escritos úteis à vida acadêmica. Os vários níveis de leitura e interpretação de textos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

GRUPIONI, Luis Benzi. *Tempos de escrita*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

LODI, Ana Claudia Balieiro; HARISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de. *Leitura e escrita no contexto da diversidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, Produção de Texto e a Escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, Linguagem, Objetos – Leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.



Bibliografia Complementar

CHARTIER, R. A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. Os Desafios da escrita. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

GOMES-SANTOS, Sandoval Nonato. *Recontando histórias na escola: gêneros discursivos e produção da escrita*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

ENSINO DE LIBRAS

Ementa: Apresentação para conhecimento e domínio básico dos sinais que compõem a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, sendo: modelos educacionais na educação de surdos; cultura e identidades surdas; fonologia, morfologia e a sintaxe da língua brasileira de sinais; tópicos de linguística aplicados à língua de sinais: semântica, pragmática; análise de discurso e sociolinguística. A questão do bilinguismo: português e língua de sinais e atividades práticas de uso da libras.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Elizabete Crepaldi. *Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009

GÓES, Maria Cecília Rafael. *Linguagem, surdez, educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos*. Porto Alegre: Atmed, 2004.



Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. D. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da língua de Sinais Brasileira*, v 1 e 2. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2001.

COSTA, Maria da Piedade Rezende. *O deficiente auditivo: aquisição da linguagem, orientações para o ensino da comunicação e um procedimento para o ensino da leitura e escrita*. São Carlos: UFSCar, 1994.

FELIPE, Tanya A. *Libras em Contexto: curso básico: livro do estudante*. 8ª.edição. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2007.

SKLIAR, Carlos,B. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

STROBEL, Karin. *As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: UFSC,2008.

EDUCAÇÃO PARA TRANSVERSALIDADE

Ementa: A Transversalidade; ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Transversalidade e interdisciplinaridade. Os temas transversais no projeto educativo da escola.

Bibliografia Básica:

ALVARES, M. N. et alii. *Valores e temas transversais no currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2002, 184 p

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução dos temas transversais e ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Brasília: 1vIEC/SEF, 1997.

BRASIL: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Interdisciplinaridade: um desafio à qualidade de ensino de 1º grau*. Brasília, MEC/SEF, 1994, p.66-89.



BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Bibliografia Complementar

AMARAL, I. A. A Transversalidade no currículo e o ambiente como tema transversal nos parâmetros curriculares nacionais. In: *Escola de Verão*, Uberlândia: 1998.

BUSQUETS, M. D. et al. *Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1999, 198p. (Série Fundamentos).

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FILHO, José. Carlos. P. Os fundamentos da Construção do Currículo Escolar e seus Paradigmas. In: *Pedagogia cidadã: Cadernos de Formação: Gestão Curricular e Avaliação*. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, p. 5-20, 2005.

MATIAS, Virgínia Coeli Bueno de Queiroz. *A transversalidade e a construção de novas subjetividades pelo currículo escolar*. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, pp.62-75, Jan/Jun. 2008. Disponível: www.curriculosemfronteiras.org.

TEORIA DA INFORMÁTICA

Ementa: Utilização das novas tecnologias no processo ensino-aprendizagem. Contexto histórico da introdução das novas tecnologias da comunicação e informação na educação e as implicações pedagógicas e sociais desse uso. Relação comunicação e educação na sociedade contemporânea. Informática Educativa. Ferramentas tecnológicas e a construção de recursos didáticos. Utilização da tecnologia em sala de aula. Elaboração de material audiovisual.

Bibliografia Básica



ALCALDE LANCHARRO, Eduardo. *Informática básica*. 2ª Ed. Espanha: McGrawHill, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Tháís. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, Mário Antonio. *Introdução à organização de computadores*. São Paulo: LTC, 2007.

OLIVEIRA, Ramon. *Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula*. São Paulo: Papirus, 1997.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Angela Monteiro e MERCADO, Luís Paulo *Aspectos Críticos do Computador na educação*. In: Educação: Revista do Centro de Educação. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1990.

ALMEIDA, Fernando José de. *Educação e Informática: Os Computadores Na Escola*. São Paulo: Cortez: Editores Associados, 1987.

_____. *Pedagogia e informática*. Revista Acesso, nº 1, Jan-Jul. São Paulo: FDE, 1988.

APPLE, Michael W. *O Computador na Educação: Parte da Solução ou Parte do Problema*". *Educação e Sociedade*, no. 23. São Paulo: Cortez, 1987.

CITELLI, Adilson (Org.). *Outras linguagens: publicidade, Cinema e TV, Rádio. Jogos e Informática*. São Paulo Cortez, 2000.

DIDÁTICA INTERCULTURAL I

Ementa: Bases Teóricas e Práticas do trabalho docente. Evolução histórica e tendências atuais. As questões fundamentais da didática. A multidisciplinaridade da Didática. Finalidades e objetivos educacionais. Diferenciação. Domínios cognitivos, efetivos e



psicomotor. Conteúdos curriculares: politização dos conteúdos, seleção, organização sequencial. A questão metodológica: enfoque progressista, o trabalho em grupo. Avaliação da aprendizagem: diferentes enfoques, recursos. O planejamento de ensino, tipos de planejamento.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

DOLL JR. William E. *Currículo. Uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artmed, 1997

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *Experiências e desafios na formação de professores indígenas*. Brasília: INEP, 2003.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Currículo. Debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTEL, Maria da Glória. *O PROFESSOR EM CONSTRUÇÃO*. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Bibliografia Complementar

CANDAU, V. M. *Didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIZUKAMI, M. da G. N. *Ensino: abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.

PIMENTA, S. G. *Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivismo Brasil e em Portugal*. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO INTERCULTURAL

Ementa: O estado, o direito, a organização da educação. Reflexão sobre os ordenamentos legislativo e normativo que regem a sociedade brasileira, especialmente no que se refere às relações da escola com a sociedade e os dispositivos que



regulamentam a vida intra escolar. A legislação e o contexto da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio no Brasil. Compreensão da maneira de se articular a realidade da unidade escolar onde atua com as exigências dos sistemas de ensino, a fim de se atingir os objetivos preconizados pela legislação do País.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 10.172/01- Plano Nacional de Educação*. Brasília.

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 11.494/2007 – FUNDEB*

MENESES, João Gualberto Carvalho, et all. *Educação Básica: Políticas, Legislação e Gestão – Leituras*. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2004.

SAVIANI, Demerval. *A nova lei da educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Governo Federal. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1998.

BRASIL, MEC, SECAD. *Cadernos Cead 3. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. Brasília: MEC, 2007

BRZEZINSKI, Iria (org). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. SP: Cortez, 1997.

CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB Fácil. Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. São Paulo: Vozes, 2010

CURRÍCULO E CONHECIMENTOS ESCOLAR INTERCULTURAL

Ementa: Antropologia dos Povos Indígenas: Formas de organização, relações de parentesco, estrutura social. Os ritos e mitos e o papel de cada membro dentro da organização política, social, cultural e religiosa. Práticas Educacionais dos Povos



Indígenas no Brasil: A aprendizagem familiar e comunitária como formação povo indígena. A escola indígena espaço de diálogo, valorização da cultura, da língua e das tradições. A Escola Indígena Processo histórico social de colonização do povo indígena no Brasil. Padrões culturais das comunidades indígenas e seu reflexo no planejamento e organização do processo educacional nessas comunidades.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *Experiências e desafios na formação de professores indígenas*. Brasília: INEP, 2003.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de professores indígenas. Uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (Org). *Experiências e desafios na formação de professores indígenas*. Brasília: INEP, 2006.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Currículos e programas no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1990.

Bibliografia Complementar

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Indagações sobre o currículo: currículo e cultura*. Brasília: MEC, 2007.

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *Formação de professores indígenas. Repensando trajetórias*. Brasília: MEC, 2006.

MELATTI, Júlio Cezar. *Índios do Brasil*. Brasília: Editora de Brasília, 1972.

DIDÁTICA INTERCULTURAL: PROCESSOS DE ENSINAR E APRENDER

Ementa: Pressupostos epistemológicos da Didática, seu objeto de estudo e trajetória histórica. Tendências no ensino de Didática no Brasil. A pesquisa em Didática. A



construção da identidade docente. A prática pedagógica e a organização dos espaços e tempos escolares. A sala de aula como objeto de estudo da Didática. Planejamento e avaliação do ensino: etapas, modalidades e componentes. A *práxis* pedagógica como prática social. Construção de projetos de ensino e realização de microaulas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

CANDAU, Vera Maria (Org). *A didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 2007.

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. *Experiências e desafios na formação de professores indígenas*. Brasília: INEP, 2003.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Currículo. Debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTEL, Maria da Glória. *O PROFESSOR EM CONSTRUÇÃO*. 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

Bibliografia Complementar

GUIMARAES, Valter Suarez. *Formação de professores – saberes, identidade e profissão*. São Paulo: Papyrus, 2004.

MARTINS, Maria Anita Viviani. *Da práxis alienada à práxis consciente e politizada*. In: *O professor como agente político*. São Paulo: Loyola, 2003.

MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Ecio Antonio; ARRUDA, Maria Aparecida. *Historia da educação - ensino e pesquisa*. São Paulo: Autêntica, 2006.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, LizeteShizete B. *Reflexões sobre a formação de professores*. São Paulo: Papyrus, 2002.

TIBALLI, Ellianda. *Concepções e práticas em formação de professores*. São Paulo: DP&A, 2003.



MÉTODOS E PRÁTICAS DA ALFABETIZAÇÃO

Ementa: Metodologias e técnicas de alfabetização. Significado e contextualização. Análise de experiências alternativas. Atividades orientadas de alfabetização: construção e vivência pedagógica de alfabetização.

Bibliografia Básica

BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e leitura*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

CUNHA, Nylce Helena Silva. *Brinquedo. Linguagem e alfabetização*. Petrópolis: Vozes, 2004.

KLEIMAN, Angela. *Os significados do letramento*. São Paulo: Mercado das Letras, 2005

SOARES, Magda. *Linguagem e escola. Uma perspectiva social*. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

Bibliografia Complementar

FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1985.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção; COSTA, Sérgio Roberto. *Leitura e escrita na formação de professores*. (s.l.):Musa, 2002.

MARCUSCHI, L.A. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

ROJO, R. H.R. (Org.) *Alfabetização e Letramento: perspectivas lingüísticas*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SIGNORINI, I. (Org.) *Investigando a relação oral/escrito*. São Paulo: Mercado de Letras. 2001.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.



TFOUNI, L. *Letramento e alfabetização*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FUNDAMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO

Ementa: A Escrita: história e expansão: O papel social da escrita. Alfabetização, conceitos e as diferentes abordagens. A competência linguística da criança. A Psicogênese da Língua Escrita. A construção da escrita pela criança. Métodos de ensino: analítico, sintético, fonético e outros. A abordagem construtivista. Alfabetização como processo de interação: sujeito e objeto de conhecimento. Processo ensino/aprendizagem da leitura e da escrita. Papel do educador no processo de alfabetização. Organização e estruturação do trabalho didático-metodológico. Transformando a sala de aula em ambiente alfabetizador.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.
- BRASIL, Governo Federal. *Lei nº 9394, de 20/12/1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional*. Brasília, DF, 1996.
- CÓCCO, M. F. e HAILLER, M. A. *Didática da Alfabetização*. São Paulo: FTD, 1996.
- FERRERO, E. e TEBEROSKY, A. *A Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre, Artmed, 1999.
- PACTO. *Cadernos do Campo*. MEC/ Brasília, 2012

Bibliografia Complementar

- FERRERO, Emília. *Reflexões sobre a alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1985
- _____. *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MELIÁ, Bartolomeu. Educação Indígena na escola – Cadernos Cedes ano 19, número 49, Dezembro/99
- PRALER. Guia Geral. MEC/Brasília, 2006



PROFA. Mod. 01. MEC/Brasília,1999

ATIVIDADE FÍSICA E MOVIMENTO I

Ementa: História do corpo, as especificidades do corpo e a aprendizagem (funções motoras, estudos sobre o córtex e órgãos da percepção e psicomotricidade). Compressão do fenômeno corporal (fenomenologia da existência, corporeidade e aprendizagem). Corpo, cultura e identidade.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, Cláudio L. de Alvarenga. *Educação física escolar: da alienação à libertação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARROS, Carlos; PAULINO, Wilson. *O corpo humano*. Saraiva, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

CUNHA, Manoel Sérgio Vieira. *Educação Física ou ciência da motricidade?* Campinas: Papirus, 1991.

LACERDA, Yara. *Atividades corporais. O alternativo e o suave na educação física*. São Paulo: Sprint, 1995.

Bibliografia Complementar

FONSECA, Dagoberto. *Corpos Afro-brasileiros: territórios de estigma*. In BUENO, Maria Lucia. & CASTRO, Ana Lúcia. *Corpo, território da Cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.

GALLARDO. Jorge Sergio Pérez. *Educação Física: contribuições à formação profissional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. *Sentir, pensar, agir – Corporeidade e educação*. Campinas, SP : Papirus, 1994.

GRANDO, Beleni Salete. *Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser*. Ijuí, 2009.



GUIMARAES, Maria Eduarda Araujo. *Globalização: corpo como campo de batalha*. In BUENO, Maria Lucia. & CASTRO, Ana Lúcia. *Corpo, território da Cultura*. São Paulo: Annablume, 2005.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Ementa: Puericultura: acompanhamento e desenvolvimento infantil. Os cuidados e prevenção de doenças infantis. Nutrição. As carências alimentares e suas relações com o desenvolvimento físico e mental. Fatores biológicos e ambientais que interferem no processo de crescimento e desenvolvimento físico e intelectual da criança. Problemas de saúde que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Programas de melhoria da saúde na escola.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

BRASIL. Ministério da Saúde. *III Conferência Nacional da Saúde*. Luziânia: MS, 2001

BRASIL. Ministério da Saúde, Medicina tradicional indígena. Brasília: FUNASA, 2007.

CONFALONIERI, U. *Saúde de populações indígenas*. Rio de Janeiro: PARES, 1993.

SANTOS, Euciclei Faria dos; DANIEL, Laura. *Educação escolar indígena e suas interfaces com o campo da saúde*. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Orgs.). *Saúde indígena. Uma introdução ao tema*. Brasília: MEC/SECADI, 2012

Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Saúde. *Política de Saúde Indígena*. Brasília: 2003.

ALVES, E. D. *Enfermagem em Saúde do Escolar*. UNB FsEnf, 1991 ALMEDA, W. *Experiências em Saúde Do Escolar*. J. Ped. 1974 BRASIL. Ministério de Educação. *Diagnóstico da Educação Pré-Escolar No Brasil*, Ed. Unicef, 1977.



GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Orgs.). Saúde indígena. Uma introdução ao tema. Brasília: MEC/SECADI, 2012

MINAYO, M. C. *Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida*. In: MINAYO, M. C. e MIRANDA, A. C. (Orgs.). Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

ARTE E EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Ementa: Função e princípio da Arte/Educação: A criança e o imaginário. Concepções de arte na educação escolar. A educação estética e artística da criança. Modalidades artísticas na perspectiva interdisciplinar. Oficinas (experimentação/pesquisa): desenho, pintura, modelagem, construção, recorte/colagem.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

CHENEY, Sheldon. *História da Arte Volume IV*. Rio de Janeiro: Rideel, 1995

FERREIRA, Sueli. *O ensino das artes*. Campinas: Papirus, 2001.

REIS, Sandra Loureiro Freitas. *Educação artística. Uma introdução à história da arte*. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

STRICKLAND, Carol. *Arte comentada. Da pré-história à ao pós-moderno*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Ana Mae. *Ensino de Arte*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COLETO, Daniela Cristina. *A importância da Arte para a formação da criança*. Revista Conteúdo, Capivari, v.1, n.3, jan./jul. 2010 – ISSN 1807-9539

FERREIRA, Aurora. *A criança e a arte. O dia a dia na sala de aula*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2008



GARCEZ, Lucíola; OLIVEIRA, Jô. *Explicando a arte brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

VAN VELTEN, Lúcia Hussak. Arte Indígena. Referentes sociais e cosmológicos. In: GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (Org). *Índios do Brasil*. São Paulo: Global, 1998

LITERATURA INFANTO JUVENIL

Ementa: A Literatura Infanto-juvenil como forma de desenvolvimento da estética, da expressão artística, da criatividade e criticidade. Relação: fantasia, ficção e realidade. A escrita, a leitura e a interpretação dos estilos literários (lendas, parlendas, contos, fábulas, poesias etc.), como formas de aquisição e enriquecimento do vocabulário. Estudo crítico da conformação teórica da Literatura afro-brasileira e indígena. A imagem estereotipada do negro e do índio na historiografia literária brasileira. Estudo de lendas e contos do folclore afro-brasileiro e indígena.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

_____. Macunaíma. Edição Crítica de Telê Ancona Lopez. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. CEDERMATORI, Lígia. *Literatura para todos. Uma conversa com educadores*. Brasília: MEC, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

GAVAZZI, Sigrid; PAULIUKONES, Maria Aparecida Lino. *Texto e discurso: Mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

Bibliografia Complementar



ANTUNES, Walda de Andrade. Lendo e formando leitores: orientações para o trabalho com a literatura infantil: Circuito Campeão. São Paulo: Global, 2007.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Moderna, 1993.

COCCO, Marta Helena. O Ensino de Literatura Produzida em Mato Grosso: regionalismo e identidade. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2006.

COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto,

GUIMARÃES, Elisa. *Texto, discurso e ensino*. São Paulo: Contexto, 2009.

LÍNGUA E LITERATURA I

Ementa: Linguagem oral e linguagem escrita. O ensino da língua portuguesa e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Competências e habilidades necessárias ao ensino de língua portuguesa. Metodologias de aprendizagem e produção de materiais didáticos para o ensino da língua portuguesa.

Bibliografia Básica

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. & Cunha, M. J. C. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 2008.

CASTRO, Maria Fausta Pereira. *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Unicamp, 1996.

OTÍLIA, Maria; ELENA, Maria. *Para escrever bem*. São Paulo: Manole, 2002.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. C. *Projetos iniciais no ensino de português a falantes de outras línguas*. Campinas: Pontes, 2005.



CELANI, M. A. A. *Professores e formadores em mudança: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CONSOLO, Douglas Altamiro. *Formação de professores de línguas: reflexão*. In: *Língua e literatura, ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, E. M. O. *Abordagem comunicativa/intercultural – uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas*. Tese de doutorado. Unicamp, 2004.

SILVA, Ítala M. Wanderlei. *Uma abordagem metodológica para o ensino da Língua Portuguesa*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

LINGUA E LITERATURA II

Ementa: Bases teóricas da Língua Portuguesa. Distinção de ensino prescritivo e ensino produtivo da língua Materna. Compreensão dos fatos linguísticos a partir das contribuições da Linguística Aplicada ao ensino de Português nas séries iniciais. Planejamento e execução das atividades relacionadas ao ensino produtivo da leitura oral, escrita e gramática contextualizada (análise linguística) nas séries iniciais.

Bibliografia Básica

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

ALMEIDA FILHO, J. C. P. & Cunha, M. J. C. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 2008.

SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanailil. (Org.). *A Linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MAIA, Marcos. *Manual de linguística. Subsídios para a formação de professores indígenas na área da linguagem*. Brasília: MEC/SECAD, 2006

Bibliografia Complementar



ALMEIDA FILHO, J. C. P. & Cunha, M. J. C. *Projetos iniciais no ensino de português a falantes de outras línguas*. Campinas: Pontes, 2005.

CELANI, M. A. A. *Professores e formadores em mudança: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CONSOLO, Douglas Altamiro. *Formação de professores de línguas: reflexão*. In: *Língua e literatura, ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, E. M. O. *Abordagem comunicativa/intercultural – uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas*. Tese de doutorado. Unicamp, 2004.

MÉTODOS DE PESQUISA EDUCACIONAL I A V

Ementa: Estudo dos métodos científicos, assim como do conjunto de categorias e procedimentos metodológicos que performam um determinado método, tendo-se em conta as questões da cultura afro-brasileira e indígena, de maneira a conter uma proposta de discutir e avaliar as características essenciais da ciência e de outras formas de conhecimento; as abordagens metodológicas, enfocando o planejamento, a apresentação de projetos e a execução dos mesmos, bem como a elaboração de relatórios, defesas e divulgação dos trabalhos de pesquisa embasados na ética profissional. Técnicas de Pesquisa – Normatização de trabalhos científicos – Elaboração de projetos e relatórios.

Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

BOTH, Sérgio José; SIQUEIRA, Claudineide Julião. *Metodologia científica. Faça fácil sua pesquisa*. Tangará da Serra: Editora São Francisco, 2004.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

MATTAR NETO, João Augusto. *Metodologia científica na era da informática*. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar



GONÇALVES, Elisa Pereira. *Iniciação á pesquisa científica*. 4ª edição, Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2007.

KUHN. Thoma. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 1998

LÜDKE, Menga e ANDRÈ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1988.

_____ (coor.) *O Professor e a pesquisa*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001.

MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. – SP: Editora Pioneira, 1998.

PADUA, Elizabeth Malato. *Metodologia da pesquisa*. Campinas, Papyrus, 1996

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE/EDUCAÇÃO E CULTURA

Ementa: Desenvolver a capacidade dos/as professores/as da Educação Básica e do ensino fundamental de compreender e posicionar-se diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que requerem o reconhecimento e o respeito à diversidade sociocultural do povo brasileiro e dos povos de todo o mundo – o reconhecimento de que a diversidade étnica, devem ser respeitados/as em suas identidades, diferenças e especificidades, porque tal respeito é um direito social inalienável;

Bibliografia Básica:

ANGELO, Francisca Novantino P. de. A educação e diversidade cultural. In Cadernos de Educação Escolar Indígena. 3º Grau Indígena. N. 01, Vol.01. Barra do Bugres:Unemat, págs.34-40, 2002

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.



GOMES, Nilda Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, Marise Nogueira *et alli* (Org). Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília: MEC, págs.111-121, 203

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. Educação no contexto de diversidade étnica: os povos indígenas no Brasil. In: RAMOS, Marise Nogueira *et alli* (Org). Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília: MEC, págs.111-121, 203

Bibliografia Complementar

DAMATTA, Roberto. *Parte II: Antropologia e História* In: Relativizando: uma introdução a antropologia social. Págs. (86-106). Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

SANTOS, José. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WEBER, Ingrid. *Um copo de cultura*. Rio Branco: Edufac, 2006.

TEMAS FUNDAMENTAIS EM CIÊNCIAS NO CONTEXTO INDÍGENA I

Ementa: A construção do conhecimento através das experiências. Diferentes concepções do currículo e suas implicações no ensino de ciências. Competências e habilidades para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental. Análise e utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Maria José P. *Linguagens, leituras e ensino de ciências*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

BARBIERI, Edison. *Biodiversidade. Capitalismo verde ou ecologia social?* São Paulo: Cidade Nova, 1998.

GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. *Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados.



Bibliografia Complementar

BARBIERI, Marisa Ramos. *Laboratório de ensino de ciências*. (s.l.): Holos, 2002.

CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. *A necessária renovação do ensino das ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. *Ensino de ciências*. (s.l.): Thomson Pioneira, 2003.

DELIZOICOV, Demétrio. *Ensino de ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Roque. *Construtivismo e ensino de Ciências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NARDI, Roberto; BASTOS, Fernando; DINIZ, Renato. *Pesquisas em ensino de ciências*. (s/l): Escrituras, 2004.

NARDI, Roberto. *Questões atuais no ensino de ciências*. (s.l.): Escrituras, 2003.

OLIVEIRA, Renato José de. *A Escola e o ensino de ciências*. Porto Alegre: Unisinos.

TEMAS FUNDAMENTAIS EM CIÊNCIAS NO CONTEXTO INDÍGENA II

Ementa: as ciências naturais nas séries iniciais. Fundamentos de Física: movimento dos corpos, óptica, termologia acústica, eletromagnetismo Fundamentos de química: substância, mudanças de estado físico, teoria atômico - molecular, combustão e combustível, conservação de alimentos, processos industriais Ciências da vida: animais, vegetais, nutrição e saúde, educação ambiental. Fundamentos de geociências. a terra e seus ambientes O ensino de ciências nas séries iniciais. O método científico em ciências naturais: aplicação no ensino fundamental e educação infantil. Proposta metodológica construtivista para o ensino de ciências nas séries iniciais. O professor pesquisador: o que, quando e como pesquisar. A história da ciência como eixo disciplinar. Educação científica e interdisciplinaridade Inovação metodológica.

Bibliografia Básica



ALMEIDA, Maria José P. *Linguagens, leituras e ensino de ciências*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol.

BARBIERI, Edison. *Biodiversidade. Capitalismo verde ou ecologia social?* São Paulo: Cidade Nova, 1998.

GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. *Didática de Ciências Naturais na perspectiva histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados.

Bibliografia Complementar

BARBIERI, Marisa Ramos. *Laboratório de ensino de ciências*. (s.l.): Holos, 2002.

CACHAPUZ, Antonio; PRAIA, João; VILCHES, Amparo. *A necessária renovação do ensino das ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. *Ensino de ciências*. (s.l.): Thomson Pioneira, 2003.

DELIZOICOV, Demétrio. *Ensino de ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Roque. *Construtivismo e ensino de Ciências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

NARDI, Roberto; BASTOS, Fernando; DINIZ, Renato. *Pesquisas em ensino de ciências*.(s/l): Escrituras, 2004.

NARDI, Roberto. *Questões atuais no ensino de ciências*. (s.l.): Escrituras, 2003.

OLIVEIRA, Renato José de. *A Escola e o ensino de ciências*. Porto Alegre: Unisinos.

ETNOMATEMÁTICA E TEMAS FUNDAMENTAIS DA MATEMÁTICA

Ementa: o desenvolvimento dos conceitos matemáticos na criança. Contextualização histórico-social dos conhecimentos matemáticos. Competências e habilidades para o ensino de matemática. O ensino de matemática e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os procedimentos didáticos no ensino de matemática.



Bibliografia Básica

ARANÃO, Ivana. *A matemática através de brincadeiras e jogos*. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetro Curriculares Nacionais: Matemática*. V.3. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *Etnomatemática. Arte ou técnica de explicar e conhecer*. São Paulo: Ática, 1990.

SILVA, Adailton Alves; JESUS, Elivanete Alves de; SCANDIUZZI, Pedro Paulo. *Educação etnomatemática. Concepções e trajetória*. Goiânia: PUC/GO, 2010

Bibliografia Complementar

ALVES, Evanilton Rios. *Etnomatemática. Multiculturalismo em sala de aula*. São Paulo: Porto de Idéias, 2010.

CALAZANS, Ângela Maria. *A matemática na alfabetização*. Rio Grande do Sul: Kuarujo, 1996.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1995.

KNIJNIK, Gelsa. *Etnomatemática em movimento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

VERGANI, Tereza. *Educação etnomatemática. O que é?* São Paulo: Livraria da Física, 2007.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS E HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Ementa:a produção histórica e suas contribuições para a educação infantil e ensino fundamental.Tendências teórico-metodológicas no ensino de história - pesquisa e pratica. Competências e habilidades para a Educação Infantil e primeiros anos do



Ensino Fundamental. O ensino de história a luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Procedimentos didáticos para o ensino de história.

Bibliografia Básica

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetro Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 2009.

RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. Editora Global, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

Bibliografia Complementar

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História. (Pensamento e ação no magistério)*. São Paulo: Scipione, 2004.

CARMO, Sônia Irene Silva do; COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. *História: passado presente*. São Paulo: Atual, 2002.

FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (Orgs.). *A Formação do Historiador – Tradições e Descobertas*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas: Papirus, 2003.

MONTEIRO, Paulo. *Entre o mito e a história*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROCHA, Ubiratan. *História, Currículo e Cotidiano Escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.

TERRITORIALIDADE E TEMAS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA

Ementa: a formação dos conceitos e as categorias de análise da geografia. O ensino de geografia a luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Competências e habilidades para a educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. Procedimentos didáticos para o ensino de geografia.



Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. Vol. CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Dilemas urbanos*. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico*. São Paulo: Ática, 2001.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. *Geografia de Mato Grosso. Território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

SANTOS, Milton. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2011.

Bibliografia Complementar

CARLOS, Ana Fani Alessandri. e OLIVEIRA Ariovaldo U. de. *Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. *Geografia em sala de aula*. 2ª ed. Rio Grande do Sul: UFRGS/AGB – Seção Porto Alegre, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

MOREIRA, R. *O que é geografia*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ONTUSCHA, Nídia Nacig; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de (Org.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.

3 CORPO DOCENTE

3.1 Políticas de Aperfeiçoamento e Capacitação do Corpo Docente

A política de qualificação docente tem como finalidade conciliar os interesses institucionais, as aspirações pessoais, os recursos disponíveis e o potencial individual de



cada postulante, de modo a promover a justa distribuição de oportunidades de acesso ao aprimoramento pessoal e a melhoria da qualidade de serviços oferecidos pela instituição para o cumprimento de sua missão. Deseja-se que o professor seja incentivado também na qualificação constante, através do Plano de Carreira Docente e Progressão Funcional.

As ações devem ser comprometidas com o processo de ensino e aprendizagem, ao subsidiar o professor para uma atuação melhor de sua *práxis* e de uma atuação mais produtiva dentro da sala de aula, mas também devem torná-lo capaz de continuar buscando a evolução de sua própria formação profissional, seja no domínio das habilidades necessárias para que isso ocorra, ou estimulando-o à reflexão sobre suas ações.

4 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

4.1 Instalações físicas da sede administrativa

A sede administrativa da Diretoria encontra-se instalada no *campus* universitário da UNEMAT de Barra do Bugres, ocupando uma área com cerca de 64 m², além de um cômodo com tamanho aproximado de 06 m² utilizado como almoxarifado.

O setor financeiro da Diretoria ocupa um espaço próprio, ou seja, todo o trabalho financeiro da Diretoria é desenvolvido pela equipe financeira do Campus que está ligada diretamente à Coordenação do Campus Universitário Deputado Estadual Renè Barbour.

A secretaria acadêmica, em função das especificidades da clientela atendida, ocupa um espaço físico próprio, contudo, mantendo vínculo com a Divisão Acadêmica do *campus*. Nela encontra-se arquivada toda a documentação pessoal e escolar dos estudantes da Diretoria, a documentação dos professores que atuam nos cursos, além da documentação administrativa e pedagógica dos cursos. É equipada com 03 (três) computadores e 01 (um) impressora *laser* com *scanner*.

Quanto aos demais equipamentos necessários para a execução das atividades da Diretoria, são utilizados os do Campus, tais como *datashows*, impressoras, carro, aparelhos de som, caixas de som, TV, computadores, entre outros.

Na sala destinada à Diretoria, encontram-se os trabalhos produzidos pelos



estudantes e os materiais produzidos durante as etapas intensivas e as etapas intermediárias.

4.1.1 Equipe administrativa e pedagógica

Atuam constantemente na sede administrativa da Diretoria 01 (um) Diretor, 02 (duas) coordenadoras pedagógicas e 01 (um) assistente de administração.

4.2 Instalações físicas do campus

Durante as etapas de estudos presenciais, as aulas são ministradas no *campus* de Barra do Bugres, ocasião em que as instalações do *campus* são utilizadas pelos estudantes e coordenação pedagógica. Dentre as instalações do *campus* utilizadas estão: salas de aulas; salas auxiliares para acomodação de equipamentos e materiais pedagógicos, utilizados no decorrer da etapa; anfiteatro com cerca de 250 m² e capacidade para cerca 300 (trezentas) pessoas, utilizado para plenárias, apresentações culturais, seminários e demais atividades que envolvam toda a comunidade acadêmica dos cursos.

O *campus* também disponibiliza equipamentos como microscópios, projetores multimídia (*Datashow*), computadores, entre outros materiais a serem utilizados no decorrer das aulas.

4.2.1 Laboratórios

São disponibilizados à Diretoria:

03 (três) laboratórios de informática de 50 m², que somam 55 (cinquenta e cinco) computadores, com acesso à *internet* em praticamente todos, e impressora compartilhada;

01 (um) laboratório experimental de Física com 90 m²;

01 (um) laboratório experimental de Química com 50 m².

01 (um) laboratório experimental de Matemática com 50 m².

04.2.2 Salas auxiliares e serventias



O *campus* ainda disponibiliza salas auxiliares para o desenvolvimento de atividades extras como exposições, reuniões, entre outras. Todas as instalações descritas anteriormente são equipadas com aparelhos condicionadores de ar.

Para o desenvolvimento de atividades em grupo e atividades práticas, o *campus* dispõe de um amplo pátio, utilizado para a se fazer experimentos que devem ser realizados ao ar livre.

5 BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, E.M.L.S. *Psicologia e Criatividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ALMEIDA, S.F.C. (Org.) *Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio: Graal, 1989.

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Ars Poética, 1996.

AQUINO, J. G. *Autoridade e Autonomia na Escola: alternativas teóricas e práticas*. SP: Summus, 1999.

BARBIER, Jean-Marie. *Elaboração de Projetos de Acção e Planificação*. Porto: Porto Editora, 1996.

BOUFLEUER, José Pedro. *Educação e construção do conhecimento no paradigma da comunicação*. In: CHASSOT, Attico; BOUFLEUER, José Pedro. *Docência e Pesquisa*. Ijuí : Ed. UNIJUI, 1995. (Cadernos UNIJUI. Série Educação, 5).

BOURDIEU, P.PASSERON, J.C. 6. ed. *A Reprodução: elementos para uma teoria do Ensino*. Rio: Francisco Alves, 2002.

BUFFA, Éster. *Educação e Cidadania: Quem educa o Cidadão?* São Paulo: Cortez, 1987.

BOURDIEU, Pierre.(Coord) . *A miséria do mundo*. 3ª ed.Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C. R. (org.). 3. ed. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense. 1992.

BRANDÃO, C. R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394*. Brasília: 1996.

_____, Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnologia/MEC. 1999.

_____, Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC. 1998.

_____, Ministério da Educação. *Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC. 2001.

_____*Portaria CNE nº 5, de 13 de dezembro de 2005*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2005.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEP. ESTADUAL RENE BARBOUR
DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



_____ *Resolução CNE/CP n 1, de 15 de maio de 2006.* Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____ *Resolução CNE/CP N° 1 de 07 janeiro de 2015.* Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em Cursos de Educação Superior e Ensino Médio, 2015.

_____ *Resolução CNE/CP N°2 de julho 2015.* Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (Cursos de Licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e curso de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 2015.

_____ *Referenciais Para Formação de Professores Indígenas.* Brasília: MEC/SEF, 2002

_____ *Conferência Nacional de Educação, 2016.*

FREIRE, P. 8 ed. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação,* 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, M. *Pressupostos do projeto pedagógico.* In Conferência Nacional de Educação para todos, 1. Anais. Brasília: MEC, 1994.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: Mito & Desafio.* Porto Alegre, RS: Educação e Realidade, 1992.

LUCKESI, Cipriano e outros. *Fazer universidade: uma proposta metodológica.* São Paulo: Cortez, 1984.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.* São Paulo : EPU, 1986.

MORIN, Edgar. *Educação e a Complexidade do Ser e do Saber.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SETUBAL, M. A. *Cidadania, projeto pedagógico e identidade da escola.* Brasília: MEC; UNESCO, 1994. (Cadernos Educação Básica).

SILVA, Marco. *Sala de aula interativa.* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.